

ATA DA 16ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR

Aos dez de setembro de dois mil e oito, às quatorze horas, no Auditório da FABHAT, situado a Rua Boa Vista, nº. 84 - 6º andar, Centro, São Paulo - SP, reuniu-se, o Conselho Curador da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - FABHAT, representado pelos seguintes membros: Alana Rafael Cosin – Secretária da Fazenda; Neusa M. Marcondes Viana Assis – Secretária de Meio Ambiente, Rui Brasil de Assis e Sandra Maria Giannella – Secretária de Saneamento e Energia e Stella Santana Cerqueira – Secretária de Economia e Planejamento; Antônio Abel Rocha da Silva – AVEPEMA; Adriano de Almada Messias – OAB 93ª Subseção Pinheiros; Anselmo José de Almeida – FAGESP, Mario Hirose – CIESP/FIESP; Renato Augusto Abdo – Sindicato Rural de Mogi das Cruzes; Edmundo Fonseca Correa Garcia - P.M. de São Paulo; Edson Barros – P.M. de Guarulhos (representado por procuração pela senhora Rejane dos Santos Silva); Eliana Bernardo da Silva – P.M. de Ribeirão Pires, Maria Del Carmen Carbellada Adsuara – P.M. de Santana do Parnaíba e Nívea Guimarães Ferreira – P.M. de Cotia; presentes ainda a Conselheira Suplente do Município de São Paulo, biênio 2006/2008, a senhora Violeta Kubrusly; a Senhora Maria Emilia Botelho – Secretária Executiva Adjunta do Comitê de Bacia do Alto Tietê, o Senhor José Augusto Malta Moura – CETESB; dentre outros abaixo assinados na lista de presença anexa; presididos pelo Conselheiro Edmundo Fonseca Correa Garcia, para, na conformidade das disposições legais e estatutárias, abordar a pauta, conforme estabelecido na convocatória 010/2008 do Conselho Curador; o presidente do Conselho inicia a reunião agradecendo a presença de todos; deliberou-se sobre a apreciação e aprovação da Ata da 15ª Reunião do Conselho Curador que foi aprovada por unanimidade; passa-se ao próximo item de pauta o qual seja; Informes da Presidência do Conselho Curador, que anuncia a todos que dentre o material entregue antes do início desta assembléia, está a Resolução 001/2008 do Conselho Curador e explana a respeito da veemente necessidade de estabelecer a remuneração do atual Diretor Presidente, o Engº. José Everaldo Vanzo, eleito em dez de junho de 2008, e empossado aos trinta de julho do mesmo ano para representar legalmente esta Fundação, e solicita aos demais conselheiros que avaliem o teor e conteúdo da Resolução para em seguida deliberarem sobre o assunto; ao que a Conselheira Neusa Marcondes sugere que os membros do Conselho Fiscal elaborem estudos para constatar a viabilidade da aprovação deste salário; o Senhor Rui Brasil lembra a todos que cada membro deste conselho tem responsabilidade na tomada de decisões, e que este assunto não consta na convocatória da 16ª Reunião do Conselho Curador, e propõem que seja convocada uma nova reunião para abordar o tema; ao que a Senhora Sandra Maria solicita que sejam encaminhados aos conselheiros uma demonstração da capacidade de realizar este pagamento; o Senhor Mário Hirose relata que todos os Conselheiros são responsáveis por esta gestão e que todas as decisões devem ser julgadas e tomadas de comum acordo entre os segmentos do Conselho; ao que as Conselheiras Eliana Bernardo e Maria del Carmen sugerem que o atual presidente receba a mesma remuneração do ex-presidente, até que seja afixado o salário do Engº. José Everaldo Vanzo; desta forma o Presidente do Conselho Curador sugere que seja adiada esta discussão e tem o apoio dos demais representantes do Conselho; o Senhor Edmundo Fonseca solicita a presença do Presidente da FABHAT no auditório, e o mesmo passa a integrar a mesa diretora neste instante da reunião; o Diretor Presidente da FABHAT, aborda o item 4 da pauta: Situação do Processo de Cobrança pelo Uso da Água, e propõe que este seja um assunto permanente nas reuniões do Conselho, e opina sobre a questão do alinhamento do Sistema: "Relativamente ao atual estágio da cobrança tenho a dizer como breve histórico que foram realizadas sete reuniões sob a coordenação da FABHAT (Dr.Miron) no período de. 18/09/2006 a 17/05/2007; com a eleição da nova mesa diretora do CBH-AT ocorrida em 06/09/2007 estas reuniões foram retomadas sob a coordenação inicialmente da Secretária de Estado de Agricultura e Abastecimento (Dr. Thyse) que realizou três reuniões e depois pela SMA (Dr. Rocco) que já coordenou duas outras até

a presente data; em síntese já foram realizadas doze (12) reuniões para tratar do assunto Cobrança, instrumento fundamental para a consolidação da Gestão dos Recursos Hídricos do Alto Tietê; participei à convite da Dra Maria Emilia da última reunião do GT Cobrança realizada na SMA em 22/08/2008, onde estava em pauta a discussão dos coeficientes ponderadores, os Xs e Ys; na ocasião pedi licença para fugir da pauta e propor que o novo cadastro unificado (a ser licitado) fosse feito em paralelo com um cadastro unificado construído com os cadastros atuais elaborados pelo DAEE e CETESB atualmente disponíveis e que tão bem serviram e servem ao sistema em vigor, cadastros estes que fornecem respectivamente as outorgas de captação e lançamento e vazões e cargas orgânicas expressas em DBO, lembrei também que este cadastro conforme prevê o decreto 50667, deve ser realizado em conjunto pelo: DAEE, CETESB e FABHAT, mediante a convocação do DAEE, notei que até aquela data o termo de celebração de cooperação técnica entre os três agentes, ainda não havia sido formalizado; o meu intento era ter um cronograma alternativo com horizonte mais próximo para a Cobrança pelo uso da água, sem perder no entanto a consistência e clareza que o sistema exige. Por outro lado lendo e ouvindo pessoas sobre a história de sucesso neste assunto vividas pelo CEIVAP e PCJ fica claro que precedendo a tudo o mais, e sendo a fase mais importante do processo foi construído um grande e consistente pacto entre os usuários, sociedade civil e as três esferas de governo (Município, Estado e União) e dos entes do SIGRH. Outro aspecto que chama a atenção é que o sistema de cobrança deste Comitês pioneiros foi melhorando e se ampliando continuamente. A estrutura de cobrança composta de pela base de cálculo, preço unitário e coeficientes ponderadores expressaram no âmbito do CEIVAP e PCJ o que foi pactuado; sugiro aos senhores conselheiros a leitura do documento "A Cobrança pelo usos da água nas Bacias dos Rios Paraíba do Sul e PCJ em 2006: avaliação e evolução" disponível no site da ANA de autoria de Giordano Bruno e outros; minha percepção é que com a capacidade humana de alto nível instalada no DAEE e CETESB e FABHAT mais a colaboração decisiva das Secretarias de Estado envolvidas (Secretaria de Saneamento e Energia e Secretaria do Meio Ambiente), poderíamos construir um sistema de Cobrança bom o suficiente para iniciarmos o processo que seria facilitado pelas boas práticas e lições aprendidas pelo CEIVAP e PCJ. A estratégia que propus ao GT presidido pelo Dr. Jorge Rocco e que proponho aos Conselheiros Curadores da FABHAT é, partir do bom e chegar ao ótimo pela melhoria contínua do processo da cobrança; lembro também que a Bacia do Alto Tietê tem um perfil de uso muito peculiar, pois oitenta por cento da água existente e ou transposta da Bacia do Piracicaba para a Bacia do Alto Tietê é para consumo humano, enquanto nas demais bacias do Estado este número é bem menor, exceção para as bacias PCJ, PS, LN, BS e Mantiqueira que apresentam alto consumo humano relativo aos demais usos, porém sem a criticidade do AT. Outro aspecto também muito peculiar refere-se ao denominado stress hídrico que é o maior entre todas as bacias do Estado, inclusive considerando aquelas gerenciadas pela União no Estado de São Paulo. No nosso caso chegamos próximo de cinco, ou seja, a demanda de água na semana mais crítica tomada de uma conjunto de 520 semanas sucessivas (dez anos) supera a oferta em quase cinco vezes, conforme se extrai do Plano da Bacia elaborado pela FUSP. Outro dado deste stress é denotado quando se compara a quantidade recomendada pela ONU de 2500 m³ por habitante por ano com o disponível na bacia de apenas 201 m³/hab/ano, menos de um décimo do valor da ONU conforme informada pela Sabesp em apresentação feita na FABHAT em 26/07/2005 pelo Eng. Amauri Pollachi versando o tema "O abastecimento da Água na RMSP"; O Plano da Bacia é muito claro na identificação e quantificação de outros problemas que transtornam seu presente e comprometem o seu futuro, de memória cito: falta de disposição adequada do lixo que afeta 70 % dos municípios, baixa cobertura com coleta e tratamento de esgotos, drenagem urbana insuficiente; por isso a cobrança pelo uso da água, instrumento mais importante entre os demais apontados pela 7663/91 para a consolidação do modelo de gestão dos Recursos Hídricos para o Alto Tietê e na realização

daquilo que deve ser feito conforme escolha e hierarquização feitas pelo CBHAT. Hoje fiquei sabendo que o PCJ e a CEF firmaram acordo para financiamento de obras de tratamento de esgotos naquela bacia com base nos recebíveis futuros oriundos da cobrança pelo uso da água no âmbito da Agência, ensejando com isso um enorme avanço na solução da poluição das águas. Isto é uma prova da incontestável confiança no sistema gestão de recursos hídricos, de cobrança pelo uso da água e no papel competente da Agência PCJ e dos seus Comitês das Bacias"; o Senhor Anselmo relembra a todos que as Leis Específicas devem estar em concordância com a Lei da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; o Senhor Mário relata que para a indústria todas as questões que envolvem o pagamento pelo Uso da Água devem estar claras, e que todos sabem que a Cobrança é algo inevitável e que a credibilidade do CBH-AT tem que ser reforçada, e que deve haver uma demonstração de onde os recursos arrecadados serão aplicados; o Senhor Rui intervém dando boas vindas ao entusiasmo do Presidente da Agência, e relata que acredita que a Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê pode fazer a diferença neste processo e que a FABHAT deve participar de todos os âmbitos em que a questão da Cobrança for discutida; o Senhor Antonio Abel, revela que uma satisfação ter um técnico imensamente capacitado como o Vanzo, no convívio do Sistema e na gestão de FABHAT; passe-se ao próximo item da pauta: Situação Econômico Financeira da FABHAT, ao que o Engº. José Everaldo Vanzo informa aos presentes, que providências para tentar sanar a questão do Passivo Fiscal estão sendo tomadas, e que com o auxílio da Senhora Maria Emilia Botelho e do Doutor José Augusto (Advogado especialista em Direito Administrativo de alta nomeada da CETESB), esta sendo desenvolvida uma estratégia para estabelecer os critérios e fundamentos da melhor doutrina e prática jurídica que permitam FABHAT negociar a quitação do passivo, o Engº. Vanzo informa que este montante a ser pago é inexorável, e científica aos Conselheiros que a atual gestão não será comprometida por esta dívida do passado, e que a Assessoria Jurídica da Fundação esta elaborando com a orientação do Dr. José Augusto um texto jurídico para dar suporte necessário para tomada de decisão relativa ao pagamento do passivo, desde que equacionado com os recursos da FABHAT; o Doutor José Augusto, relata que em face do perfil da dívida, uma parcela deve ser paga urgentemente, e outra parte pode ser parcelada junto aos órgãos; a Administradora da Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, Senhora Tania de Melo Valente, apresenta o fluxo de caixa de agosto, e ressalta que todos os representantes do Conselho Curador tem recebido por e-mail a previsão de gastos da FABHAT para os meses seguintes, bem como as informações dos dados consolidados nos meses anteriores, e explana a respeito dos pagamentos que tem sido regularmente feitos pelos Convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo, AMAT e Consórcio Intermunicipal do Grande ABC; desta maneira passa-se a apreciação do seguinte item de pauta: Revisão do Estatuto, Regimento Interno e Regulamento da FABHAT; a Assessora Jurídica da FABHAT, evidencia que uma reforma estatutária deve impreterivelmente ser executada, e anuncia que o Regimento Interno e Regulamento da FABHAT ainda não foram aprovados, e ratifica que no site da Fundação já estão divulgadas as propostas da Agência, e que a colaboração de todos será muito bem vinda; o Conselheiro Mario Hirose sugere que seja criado um Grupo de Trabalho para abordar e tratar deste assunto; em unanimidade a proposta é aceita; a Advogada Vera Monica solicita que todos os representantes do Conselho, enviem suas contribuições para o seu e-mail e recomenda que assumam esta tarefa com responsabilidade, e que tenham comprometimento com a reforma do estatuto da Agência; o Senhor Rui Brasil, aconselha aos demais conselheiros que levem a recomendação para que as Prefeituras, Municípios e Entidades de Sociedade Civil, indiquem representantes capacitados para compor o Grupo de Trabalho; o Presidente da Fundação, coloca em pauta a discussão de um calendário para estabelecer as datas das reuniões do Conselho Curador, e fica estabelecido em comum acordo que as assembléias ordinárias se realizem durante as quartas-feiras da segunda semana dos meses subsequentes à setembro, assim sendo, 08 de outubro, 05 de novembro e 10 de dezembro de 2008; a presente ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião

Edmundo Fonseca Correa Garcia.